



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

KYANNE CRISTHINES DIAS BRAGA

**Disputas pela Memória em Ayodhya:
A destruição da Babri Masjid e as narrativas do
jornal *The Indian Express* (1992-1993)**

João Pessoa

2025

KYANNE CRISTHINES DIAS BRAGA

**Disputas pela Memória em Ayodhya:
A destruição da Babri Masjid e as narrativas do
jornal *The Indian Express* (1992-1993)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em História, pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de
Oliveira

João Pessoa

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

B813d Braga, Kyanne Cristhines Dias.

Disputas pela Memória em Ayodhya : a destruição da Babri Masjid e as narrativas do jornal The Indian Express (1992-1993) / Kyanne Cristhines Dias Braga. - João Pessoa, 2025.

41 f.

Orientador : Tiago Bernardon de Oliveira.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Babri Masjid. 2. Indian express. 3. Usos do passado. 4. Imprensa. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94

KYANNE CRISTHINES DIAS BRAGA

Disputas pela Memória em Ayodhya: A destruição da Babri Masjid e as narrativas do jornal *The Indian Express* (1992-1993)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 29 de setembro de 2025 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Berrnardon de Oliveira
(Orientador – UFPB)

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
(Examinador – UFRN)

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos
(Examinador – UFPB)

*No ar que se respira, nos gestos mais banais
Em regras, mandamentos, julgamentos, tribunais
Na vitória do mais forte, na derrota dos iguais
A violência travestida faz seu trottoir...
(Engenheiros do Hawaii)*

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura do *The Indian Express* sobre a destruição da mesquita Babri Masjid, na Índia. Construída no século XVI, a mesquita foi demolida em 1992 por militantes ligados a organizações hindus, marcando um momento de tensão religiosa e política no território indiano. Buscou-se compreender os usos do passado nas narrativas construídas e veiculadas pelo jornal no ano que se seguiu ao evento. A metodologia consistiu na leitura integral das edições disponíveis para localizar as notícias, editoriais ou ensaios que tratassesem do episódio; catalogação desses materiais em tabela; e análise do material organizado. O exame dos textos selecionados permitiu a identificação de eixos temáticos, dos quais destacamos três: a disputa arqueológica sobre o local; as disputas jurídicas sobre o local; e a violência comunal. A investigação revelou que, embora o jornal procurasse manter uma aparência de neutralidade, suas escolhas editoriais reforçam determinadas narrativas alinhadas ao discurso hindu. Conclui-se que, mesmo distante de um alinhamento explícito com a ideologia hindu, o posicionamento adotado por *The Indian Express* contribui para reforçar desigualdades simbólicas entre hindus e muçulmanos.

Palavras-chave: Babri Masjid, Indian Express, Usos do passado, Imprensa

ABSTRACT

This article analyzes the coverage of the Babri Masjid demolition in India by The Indian Express. Built in the 16th century, the mosque was destroyed in 1992 by militants linked to Hindu organizations, marking a moment of religious and political tension in the Indian territory. The study sought to understand how the past was used in narratives constructed and published by the newspaper in the year following the event. The methodology consisted of a thorough reading of the available editions to locate news, editorials, or essays about the episode; cataloging of these materials in tables; and subsequent analysis. Examination of the selected texts allowed the identification of thematic axes, highlighting three: archaeological disputes over the site; legal disputes; and communal violence. The investigation revealed that, although the newspaper sought to maintain an appearance of neutrality, its editorial choices reinforce certain narratives aligned with the Hindu discourse. It is concluded that, even without explicit alignment with Hindu ideology, The Indian Express' stance contributes to reinforcing symbolic inequalities between Hindus and Muslims.

Keywords: Babri Masjid, Indian Express, Uses of the past, Press

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| FREQUÊNCIA E NATUREZA DAS MATÉRIAS SOBRE A BABRI MASJID EM <i>THE INDIAN EXPRESS</i> | 14 |
| TRATAMENTO DAS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E A DISPUTA PELO LOCAL SAGRADO..... | 16 |
| A REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DA BABRI MASJID NAS PÁGINAS DO PERÍODICO ... | 23 |
| ENQUADRAMENTOS DA VIOLÊNCIA COMUNAL: NARRATIVAS E OMISSÕES EM <i>THE INDIAN EXPRESS</i> | 31 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| REFERÊNCIAS | 40 |

INTRODUÇÃO

No dia 6 de dezembro de 1992, a cidade de Ayodhya, no estado indiano de Uttar Pradesh, tornou-se palco de um dos episódios de maior impacto na história política recente da Índia: a destruição da mesquita Babri Masjid, protagonizada por militantes vinculados a organizações nacionalistas hindus como o Vishwa Hindu Parishad (VHP) e o Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), com apoio do então emergente Bharatiya Janata Party (BJP). O episódio, largamente televisionado e registrado por jornalistas nacionais e internacionais, marcou um ponto de inflexão na relação entre as comunidades hindu e muçulmana na Índia pós-independência, e é amplamente reconhecido por ter mobilizado uma reconfiguração duradoura das alianças partidárias em nível nacional, impactando as estratégias eleitorais e o panorama político do país (Marson, 2020; Chandar, 2016).

A destruição da Babri Masjid, embora por si só significativa, não pode ser compreendida como um evento isolado ou repentino. Como observa Tharoor (2016), desde o domínio britânico, a religião desempenhou um papel central nas dinâmicas políticas locais, sendo utilizada como uma ferramenta de controle e divisão pelos administradores coloniais, que buscavam consolidar seu poder no subcontinente indiano. Essa estratégia, conhecida como *“divide et impera”*, teve efeitos profundos na formação das identidades políticas no período pós-colonial, fomentando uma separação religiosa institucionalizada, e alimentando um discurso de identidade religiosa que perdurou após a independência.

Já em 1947, a divisão do subcontinente, que provocou deslocamentos massivos e violência intercomunitária¹, reforçou a percepção de vulnerabilidade de comunidades minoritárias, ao mesmo tempo em que fortaleceu a centralidade dos locais de culto como pontos de memória histórica e identidade religiosa. Em Ayodhya, essa memória histórica concentra-se em torno da Babri Masjid, transformando o local em um símbolo que mobiliza, para além do eixo religioso, diferentes narrativas de pertencimento e mobilização comunitária, que seriam exploradas pelas organizações nacionalistas hindus nas décadas seguintes.

¹ Dois locais expressivos dessa dinâmica são Jammu e a Caxemira. A região de Jammu, predominantemente hindu, foi palco de massacres que resultaram na morte de milhares de muçulmanos. Disputas sobre sua adesão à Índia e a sua posição estratégica na fronteira reforçaram o conflito. O Vale de Kashmir, predominantemente muçulmano, também sofreu violência e deslocamentos durante a partição e, posteriormente, enfrentou insurgências, repressão estatal e disputas territoriais entre Índia e Paquistão. A posição estratégica de Jammu, na fronteira com Azad Kashmir (região da Caxemira sob controle paquistanês), e a centralidade do Vale de Kashmir nas disputas Índia-Paquistão reforçaram a instabilidade prolongada e os ressentimentos históricos.

Construída no século XVI por ordem do imperador mogol Babur, a Babri Masjid passou a ser alvo de contestações de hindus desde o século XIX, especialmente após a alegação de que havia sido erguida sobre o templo original do deus Ram. Essa hipótese, originada no contexto colonial, voltou a ser empregada ao longo do século XX pelos grupos hinduístas que buscavam reconstruir uma narrativa de pureza originária do território indiano, apagando ou marginalizando a herança islâmica do subcontinente.

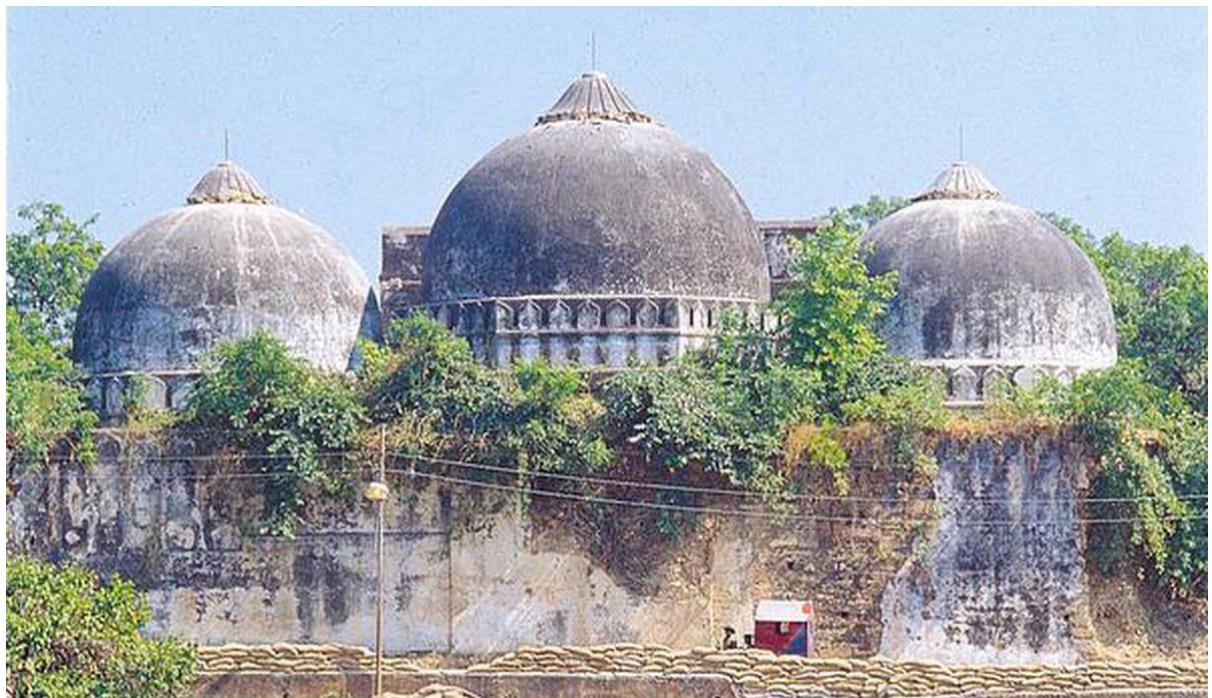


Figura 1 – A mesquita Babri Masjid antes da demolição. Fonte: TheHindu

A partir da década de 1980, o movimento nacionalista hindu intensificou a mobilização pela construção de um templo ao deus Ram no local da Babri Masjid, liderado pela VHP e outros grupos do Sangh Parivar². O BJP assumiu a frente política do movimento e, em 1990, promoveu a Ram Rath Yatra, caravana que percorreu diversas regiões da Índia, inflamando tensões intercomunitárias (Marson, 2020, p.95). A escalada culminaria em 6 de dezembro de 1992, com a destruição da Babri Masjid.

2 Sangh Parivar trata-se de uma família de organizações do nacionalismo hindu, da qual participa o Bharatiya Janata Party - Partido do Povo Indiano -, braço político do movimento (BHATT, 2001).

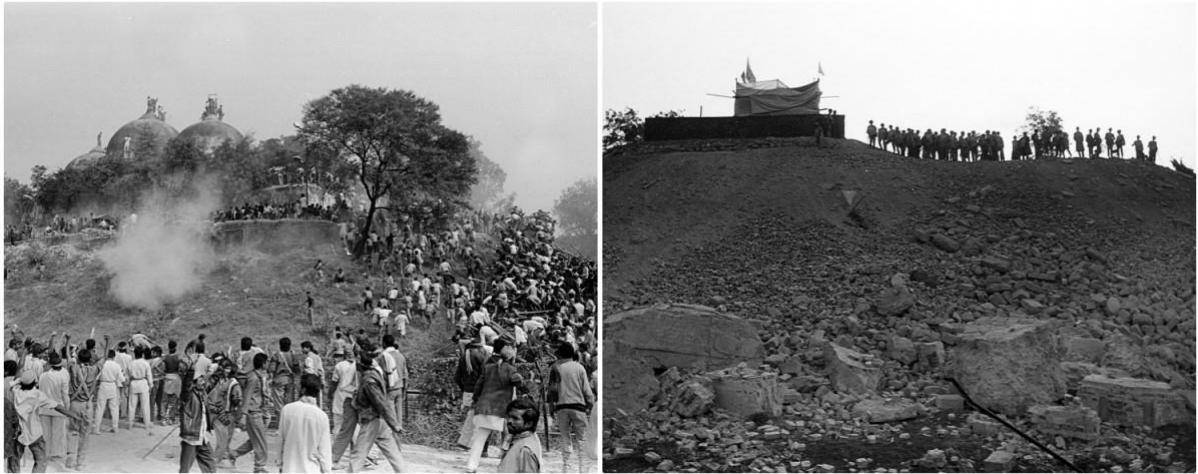


Figura 2 – À esquerda: 06/12/1992, o dia em que a Babri Masjid foi reduzida a escombros. À direita: manhã de 07/12/1992, com o templo provisório de Ram no local da Babri Masjid demolida, sendo guardado por forças paramilitares. Fonte: T. Narayan, reproduzido em *The Wire* (<https://thewire.in>)

Ao longo das décadas seguintes à derrubada da mesquita, houve uma amplificação de discursos nacionalistas que, anteriormente, eram mais regionalizados e velados. Esses discursos passaram a ocupar espaço explícito no debate político nacional, em especial através do BJP (Chandar, 2016; Marson, 2020). Os expressivos ganhos eleitorais de 1989, impulsionados pelo forte apoio popular à campanha do templo Ram, foram decisivos para consolidar o partido, colocando-o no centro da política Indiana (Marson, 2020, p. 104). O BJP evoluiu para uma plataforma nacionalista hindu declarada, onde a religião passou a ocupar um papel central em seus discursos (Rajagopal, 2001). Nesse contexto, o local da Babri Masjid foi repetidamente mobilizado como um símbolo da identidade nacional hindu, desafiando as fronteiras entre secularismo constitucional e ideologias religiosas (Amarasingam; Umar; Desai, 2022). Sua repercussão ultrapassou os marcos temporais imediatos de 1992, reverberando em processos judiciais, campanhas eleitorais e, finalmente, em 2024, na construção de um templo hindu onde antes havia a mesquita.³

Diante da complexidade dos eventos em Ayodhya, é importante olhar além do evento em si, considerando também as interpretações, narrativas e disputas que emergiram em seu contexto imediato, especialmente no âmbito da imprensa. A mídia jornalística, especialmente, se distingue pela sua capacidade de construir um registro contínuo e sistemático dos acontecimentos, onde é possível acompanhar as hesitações, reiterações e rupturas que ocorrem

³ BBC News Brasil, “Como ‘Vaticano hindu’ construído sobre mesquita destruída é símbolo de ‘nova Índia’.” 22/01/2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1j7py43d8o>. Acesso em: 18 abril 2025.

no espaço público. Ao selecionar vocabulários, organizar temporalidades e privilegiar determinadas interpretações, os jornais contribuem para fixar ou contestar narrativas que, por sua vez, moldam a forma como os eventos são lembrados. Assim, tais veículos informativos configuram-se como um espaço privilegiado de embate simbólico sobre a memória social e histórica.

No Brasil, a produção acadêmica⁴ que trata especificamente da Babri Masjid já trouxe contribuições importantes para o tema, voltadas a compreender a construção de identidades diáspóricas e a noção de hinduidade em contextos contemporâneos, ou a ascensão da ideologia *Hindutva*⁵. Em comum, tais pesquisas reconhecem na mesquita um elemento canalizador de disputas políticas, sociais e religiosas que ultrapassam o espaço físico da Babri Masjid. Essas contribuições são relevantes não apenas para o campo da História da Ásia, mas também para a compreensão das disputas em torno da memória. Ainda assim, o uso sistemático da imprensa indiana como fonte de análise histórica por historiadores brasileiros continua sendo menos comum, sobretudo quando relacionado aos usos políticos do passado. O presente artigo insere-se nesta lacuna ao tomar um ano de cobertura do *Indian Express* como material de análise, buscando lançar luz sobre um momento decisivo nas disputas acerca da memória no território indiano.

Ao mesmo tempo, a escassez de estudos nacionais sobre o tema justifica o recurso à literatura em inglês, que permite contextualizar e dialogar com a fonte analisada, além de relacionar-se com as pesquisas brasileiras existentes. Este estudo soma-se aos trabalhos anteriores aqui citados, na medida em que compartilha com eles o esforço de descentralizar a produção do conhecimento histórico e valorizar experiências que extrapolam o eixo ocidental tradicional. Pesquisas pós-coloniais, como as de Said (2003) e Chakrabarty (2008), evidenciam os limites das perspectivas exclusivamente ocidentais como única chave interpretativa e ressaltam a relevância de considerar contextos históricos variados. Nesse sentido, estudar a Índia contemporânea a partir do Brasil significa compreender suas especificidades, mas também considerar as dinâmicas globais que atravessam o território, reconhecendo que “a história da Índia faz parte da história do mundo, permeada de intercâmbios e relações multilaterais entre os povos” (Marson, 2020, p. 22).

4 Destacamos aqui o trabalho de Marson (2020), Marson e Quadros (2021), Miriam Oliveira Santos (2010; 2014; 2015) e Faiad (2017).

5 Ideologia base do Movimento Nacionalista Hindu (MNH). Define a nação indiana como sendo essencialmente hindu, não contemplando, neste critério, indianos pertencentes a outras religiões, especialmente muçumanos e cristãos (Marson, 2020, p.11)

É necessário destacar que este trabalho não parte da religião como explicação única para compreender a disputa em Ayodhya. Como observa Oliveira (2015, p. 765), a visão orientalista que caracteriza processos sociais complexos exclusivamente em termos religiosos resulta em uma leitura que obscurece dimensões políticas, econômicas e sociais. A perspectiva aqui adotada, ao contrário, enfatiza que o conflito em torno da Babri Masjid não decorre simplesmente da oposição entre duas religiões, mas da apropriação política dessa dimensão em projetos de nação.

Optou-se pela análise do jornal *The Indian Express* em razão de sua ampla circulação no território indiano. Fundado em 1932, o periódico consolidou-se ao longo do século XX como um dos principais jornais de circulação nacional da Índia, o que o torna uma lente válida para observar como diferentes agentes sociais tentaram mobilizar o conflito em torno do local disputado. Sobre o caráter do *Express*, Chandar (2016) afirma que, em 1992, ano dos acontecimentos em Ayodhya, sua linha editorial alinhava-se ao compromisso com valores liberais, seculares e democráticos, em contraste com outros periódicos de perfil mais integrado ao nacionalismo hindu ou ao conservadorismo político. No entanto, nossa análise sugere que essa neutralidade deve ser problematizada.

Embora outros periódicos, tais como o *Times of India*, o *Hindustan Times* ou jornais regionais em hindi possuam semelhante relevância para a compreensão do contexto político e midiático da destruição da Babri Masjid, o acesso a seus acervos relativos ao período em questão mostrou-se significativamente restrito. Muitos desses arquivos permanecem em repositórios físicos ou em bases digitais privadas, dificultando sua consulta sistemática⁶. No caso dos jornais em hindi, soma-se a essa limitação a barreira linguística. Este trabalho não descarta a centralidade do hindi e de outras línguas regionais na formação do espaço público indiano e de sua imprensa. Entretanto, reconhecidos os limites, o uso de material restrito à língua inglesa representa uma decisão metodológica possível e fundamentada a partir de dois aspectos centrais: primeiro, os principais diários nacionais em inglês (*The Hindu*, *The Indian Express*, *Times of India*, *Hindustan Times*) possuem alto alcance e influência no debate público; segundo, há precedente consolidado na literatura internacional que toma a imprensa indiana em inglês como *corpus*⁷, o que favorece o diálogo comparativo. Desse modo, a opção por buscar viabilizar a pesquisa em fontes primárias, ainda que restritas ao idioma inglês, não

⁶ Outros jornais como o *Times of India*, *Hindustan Times*, etc., aparecem em bases como Proquest <https://www.proquest.com/>, que contém limitações para o acesso ao acervo.

⁷ Ver: Bhutia (2017); Narayana; Kapur (2011); Marques (2012).

ignora a relevância da mídia em hindi, mas define um recorte consistente e replicável para um artigo como este, capaz de captar camadas centrais da construção discursiva jornalística, sem impedir extensões para outros idiomas e mídias em futuras pesquisas.

O presente artigo se propõe a analisar como *The Indian Express* construiu e veiculou narrativas sobre a destruição da Babri Masjid no ano subsequente ao evento. A escolha desse marco temporal está ancorada no entendimento de que datas de aniversário de eventos traumáticos costumam catalisar reinterpretações do debate público. Ao restringir-se a esse intervalo (dezembro/1992 a dezembro/1993), a pesquisa privilegia o calor do debate imediato, buscando captar as interpretações em seu momento de emergência. Acrescenta-se ainda a observação de que, mesmo considerando apenas o primeiro ano após a destruição da mesquita, o volume de material jornalístico é suficientemente amplo, contando com cerca de 220 edições do *The Indian Express* e 884 notícias catalogadas, o que permite uma análise significativa do objeto sem extrapolar a viabilidade do trabalho.

Os exemplares foram consultados em sua versão digital, disponível no acervo do Google News.⁸ Como a plataforma utilizada não oferece ferramenta de busca por palavras-chave, a consulta foi realizada folheando cada edição digitalizada, o que permitiu um exame detalhado e criterioso do material. Ressalta-se que, mesmo quando as plataformas que disponibilizam os jornais apresentam mecanismos de busca, esses recursos não garantem a recuperação completa de todos os textos relevantes, sendo sempre necessário um exame minucioso. O procedimento de triagem consistiu, portanto, em percorrer cada jornal, identificando as matérias que, direta ou indiretamente, relacionam-se ao episódio de derrubada da Babri Masjid e seus desdobramentos. Consideramos tanto o noticiário factual, quanto os editoriais, ensaios e colunas de opinião presentes no corpo do jornal.

As notícias selecionadas foram lidas integralmente e registradas em uma tabela no *Microsoft Office Word* contendo título, resumo do conteúdo, data, local de referência, página do jornal em que foi publicada e se há ou não presença de imagens acompanhando o texto (ver Apêndice A). De forma adicional, e apenas a título de melhor organização, foi criada uma tabela no *Notion*, na qual foram registradas anotações mais detalhadas sobre cada notícia (quando necessário), bem como etiquetas identificadoras do eixo temático central ao qual a notícia se refere. Esse procedimento permitiu organizar um catálogo para as notícias publicadas por *The Indian Express* que tratassem exclusivamente ou tangencialmente sobre a

8 Acervo em: https://news.google.com/newspapers?nid=P9oYG7HA76QC&dat=19921223&b_mode=2&hl=pt-BR

Babri Masjid, facilitando a análise tanto da quantidade quanto do conteúdo das notícias. A leitura analítica do material selecionado nos revelou importantes eixos, os quais serão discutidos a seguir, sendo eles: as disputas arqueológicas envolvendo o local da Babri Masjid; a ênfase no aspecto jurídico do conflito; e o tratamento dado à violência comunal.⁹ Para fins de escrita deste artigo acadêmico e facilitação da leitura para um público mais amplo, as transcrições de trechos escritos originalmente em inglês encontram-se em notas de rodapé, enquanto, no corpo do texto, utilizo traduções livres de minha autoria.

FREQUÊNCIA E NATUREZA DAS MATÉRIAS SOBRE A BABRI MASJID EM THE INDIAN EXPRESS

O exame quantitativo da cobertura do *The Indian Express* evidencia dois picos expressivos na frequência de publicações sobre Babri Masjid: dezembro de 1992, com 275 notícias, e janeiro de 1993, com 193 notícias. O primeiro coincide com a fase imediata ao evento: a destruição da Babri Masjid, a reação nacional e internacional e as primeiras medidas governamentais; enquanto o segundo reflete o acompanhamento das repercussões políticas e jurídicas, como prisões, debates parlamentares e decisões judiciais. A partir de fevereiro de 1993, observa-se um declínio, parcialmente explicado pela indisponibilidade de edições na base de dados do Google News (estando 17 edições ausentes apenas neste mês) e, possivelmente, por um redirecionamento editorial. Outubro apresenta limitação semelhante também devido à ausência de exemplares na base de dados virtual. Nos demais meses, a queda é gradativa, sugerindo que, embora a centralidade do tema tenha se deslocado para outras pautas, o episódio ainda se manteve relevante.

Quanto à organização do *Indian Express*, este combina dois registros diferentes de escrita: de um lado, as notícias factuais, voltadas a relatar os acontecimentos de forma direta; de outro, os editoriais e ensaios, que abrem espaço para interpretações e debates mais amplos. O editorial expressa a posição institucional do jornal diante de um tema, enquanto o ensaio se constrói a partir da voz individual de convidados ou colunistas, permitindo maior diversidade de perspectivas, sem que isso necessariamente implique na isenção de escolhas narrativas por

9 ‘O termo comunalismo refere-se as tensões entre comunidades, causadas por diferenças de crenças. É utilizado no Sul da Ásia para denotar tentativas de construir identidade religiosa ou étnica, incitar conflitos entre pessoas identificadas como de diferentes grupos e estimular a violência entre eles. Foi formulado pelas autoridades coloniais britânicas para administrar a violência entre grupos religiosos, étnicos e díspares em suas colônias, particularmente na África e no Sul da Ásia, no início do século XX’ (Pandey, 2006 *apud* Marson, 2020, p. 83).

parte do jornal. Dentre estes diferentes gêneros jornalísticos presentes no *Indian Express*, os editoriais e colunas de opinião ocupam um papel relevante para esta pesquisa, em razão do seu caráter mais reflexivo e autoral. Sempre que disponíveis, informações adicionais sobre os autores dos ensaios selecionados e utilizados neste artigo foram incluídas no corpo do texto ou em nota de rodapé

Entende-se que o gênero factual ganha força devido ao seu volume significativamente mais expressivo, acrescenta-se a isso o estatuto de “relato do acontecido” que possuem as notícias, em comparação com os editoriais/ensaios, cujo posicionamento tende a ser entendido como interpretação institucional ou comentário. No entanto, é no conjunto de editoriais e ensaios onde surgem as principais discussões sobre o communalismo, ideologias hindus, bem como considerações mais profundas sobre os significados religiosos de Ayodhya. Observa-se que estes textos opinativos expressam posições mais explícitas e argumentativas, oferecendo um campo fértil para investigar os usos políticos do passado em um contexto de crise.

Cabe ressaltar que, quer se tratem das notícias factuais, dos editoriais ou textos ensaísticos, a chave interpretativa não está em identificar supostas “invenções” do emissor, mas na identificação de como esses mecanismos fazem com que certas declarações adquiriram significado social, produzindo sentidos e organizando identidades coletivas. Para tanto, é necessário reconhecer que aquilo que consideramos “fato” está, na verdade, atravessado por interesses e contextos específicos. Além disso, os significados atribuídos a determinados elementos em um discurso (seja ele na imprensa ou não) não são fixos, mas estratégicos e vinculados ao seu tempo.

Tão importante quanto o conteúdo explícito veiculado na mídia impressa, são os mecanismos que permitem que certos enunciados ganhem destaque. Conforme nos mostra Tânia de Luca (2008, p.17), “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Considerando o volume significativo de notícias, editoriais e ensaios catalogados a partir do acervo do *The Indian Express*, foi necessário adotar estratégias de análise que tornassem viável a investigação do material. Para tanto, foi realizado primeiramente um mapeamento quantitativo, o que permitiu identificar os picos de publicação já mencionados, bem como quedas posteriores e possíveis deslocamentos editoriais.

Além disso, olhamos também para a hierarquia interna do jornal, uma vez que o peso de uma matéria varia conforme sua localização: “é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas” (Luca, 2008, p. 17). Considerou-se ainda a construção de trajetórias narrativas: sequências de matérias que, mesmo não publicadas de forma seguida, articulam-se em torno de um mesmo assunto como uma espécie de fio condutor de sentidos. A partir do material analisado, evidenciamos três eixos, os quais dialogam com a literatura consolidada que trata do conflito envolvendo a Babri Masjid e seus desdobramentos, e que serão discutidos a seguir.

TRATAMENTO DAS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E A DISPUTA PELO LOCAL SAGRADO

Estudos da historiografia contemporânea (Guha, 2005; Marson, 2020 e 2021) têm destacado que o episódio de Ayodhya não se limita a uma disputa sobre a materialidade de um local. Trata-se, antes, de uma controvérsia simbólica em torno de um “lugar de memória”, conceito utilizado por Pierre Nora (1993) para designar os espaços onde a memória, viva e coletiva, se ancora e se preserva em face da fragilidade dos vínculos tradicionais de transmissão. Esses lugares, sejam eles materiais, simbólicos ou rituais, surgem diante do sentimento de “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13).

Esses lugares podem estar ligados a memórias pessoais ou coletivas, nem sempre lineares no tempo, e são continuamente reinterpretados no contexto em que são evocadas (Pollak, 1992, p. 202). Conforme destaca Marson (2020, p. 96), no caso de grupos sociais religiosos, “a questão dos lugares assume uma relevância ainda maior, pois é próprio da religião buscar a estabilidade, mostrar a resistência de suas verdades às contingências do tempo”. Sob essa perspectiva, o espaço físico ocupado pela Babri Masjid em Ayodhya tornou-se um nó de significados em que religião, política e mídia se entrecruzam, permitindo que narrativas sobre passado e identidade nacional sejam articuladas e disseminadas no espaço público (Rajagopal, 2001).



Figura 3. Mapa da região Norte da Índia, demonstrando a localização de Ayodhya, cidade onde localizava-se a Babri Masjid. Fonte: yatradham.org

No conjunto de notícias analisadas, 45 matérias tratam diretamente da discussão em torno da construção de um novo templo no terreno disputado. Algumas destas abrangem ainda o debate acerca da existência de um templo no local onde posteriormente se erigiu a mesquita, tratando frequentemente também da história do local. Quatro delas referem-se explicitamente aos vestígios arqueológicos no espaço da Babri Masjid, como inscrições em sânscrito e fragmentos de construções anteriores. Esse pequeno recorte de matérias permite investigar como a presença material dos artefatos foi noticiada, tensionada, e se serviu (ou não) como veículo de mobilização identitária. Contudo, cabe ressaltar, o esforço em compreender como o eixo arqueológico figura nos enquadramentos do *Indian Express* não implica a tentativa de definir qual narrativa é “verdadeira”. O que se pretende é compreender como o jornal, ao registrar falas de arqueólogos, ativistas e políticos, atua como mediador ativo dessas versões, contribuindo para a ativação, fixação, problematização ou o silenciamento de determinadas leituras do passado.

Conforme notícias de dezembro de 1992 (*Now a roll over idols* [Agora, uma disputa sobre ídolos] – 15/12/1992, p. 1; *Fresh ‘evidence’ about temple presented* [Novas ‘provas’ sobre o templo apresentadas] – 20/12/1992, p. 1), ou seja, ainda no primeiro mês após a demolição da mesquita, historiadores e arqueólogos vinculados ao movimento pró-templo realizaram a divulgação de vestígios materiais supostamente relacionadas à existência um templo hindu no local onde estava a Babri Masjid, cada um carregando valor simbólico e interpretativo. Entre os artefatos, figuram uma inscrição em arenito retangular, em sânscrito,

possivelmente datada do século XI ou XII, mencionando “*Janmabhoomi Ayodhya*”¹⁰, e fragmentos arquitetônicos de um suposto templo, como o *shikhara* (torre) de pedra e partes do *Amalaka* (estrutura arquitetônica que decora o topo da torre). Outros vestígios incluem uma imagem de mármore de Ram, apresentada como pré-Babri, datada entre os séculos XIV e XV, vestida com um manto dourado-vermelho (*Fresh ‘evidence’ about temple presented [Novas ‘provas’ sobre o templo apresentadas]* – 20/12/1992, p. 1).¹¹

A inscrição em arenito que menciona *Janmabhoomi* conecta o local em Ayodhya diretamente às figuras do Ramayana¹², evocando um passado sagrado que faz parte dos épicos hindu. A notícia afirma que essas evidências seriam “novas e conclusivas”. Muito embora as aspas sugiram que essa caracterização não é incontestável, mas sim uma interpretação dos historiadores e arqueólogos presentes no local. O espaço ocupado pela notícia, na primeira página, confere uma importante visibilidade à matéria. Além disso, a própria forma de documentação dos vestígios descrita na notícia (fotografias, vídeos e filmagens) sugere que a apresentação desses materiais ao público é cuidadosamente construída para transmitir autoridade.

Do mesmo modo, quando especialistas denunciam a negligência do governo de Uttar Pradesh em conservar os objetos encontrados nos escombros, a crítica, que inicialmente pode ser pensada em termos de preservação patrimonial, acaba por reafirmar o valor dos artefatos como peças-chave para a resolução da disputa:

Arqueólogos e historiadores de renome solicitaram neste domingo a intervenção imediata do governo de Uttar Pradesh para preservar valiosos e preciosos artefatos encontrados nos escombros do sítio de Ram Janmabhoomi em 6 de dezembro do ano passado. (...) O especialistas destacaram que, apesar da ampla divulgação sobre essa descoberta fortuita, nenhuma iniciativa do governo foi tomada para sua preservação (...) “Não se

¹⁰Do sânscrito, significa “Ayodhya, terra (ou lugar) do nascimento”. Nesse caso, se referindo à Ayodhya como local de nascimento de Rama.

¹¹Trecho original em inglês: Their most important ‘evidence’ is an inscription engraved on a rectangular buff sandstone slab about 5 x 2 in size. They said epigraphists have confirmed that the inscription is composed in Sanskrit and written in the Nagari script of the 11th-12th century. The inscription clearly mentions ‘Janmabhoomi’ and also records the fact that it was at Ayodhya, located in Saket Mandala, a sub-region, that an extremely beautiful and magnificent temple with a spire (shikhara) of stone and a pinnacle (kalasha) of gold (hiranya) was built, which was dedicated to Lord Vishnu-Hari, who had humbled King Bali and defeated the wicked Dashanana, claimed Prof. B.R. Grover, S.P. Gupta, Prof. Devendra Swarup, and Dr. Sudha Malaiya

¹²Épico da tradição hindu, composto por Valmiki entre os séculos IV a.C. e II d.C., que narra a vida e as façanhas do príncipe Rama, considerado a sétima encarnação do deus Vishnu. Mais do que um texto religioso, é também uma obra fundamental da literatura Indiana, estruturando valores éticos, políticos e sociais que atravessaram séculos de história no subcontinente.

compreende o que impediu os governos estadual ou central de aceitarem isso como prova decisiva para a resolução da antiga disputa de Ram Janmabhoomi ou sobre a existência de um templo ou estrutura religiosa hindu em Ayodhya”, disse Devendra Swaroop [professor e vice-presidente do Deendayal Research Institute] (*The fate of ayodhya antiquities* [O destino das antiguidades de Ayodhya] – 12/07/1993).¹³

Assim, quando líderes políticos vinculados ao BJP e ao VHP afirmam que o templo “sempre existiu, existe hoje e continuará existindo” (*Hindutva will be the basis: Joshi [Hindutva será a base: diz Joshi]* – 19/04/1993, p. 2)¹⁴, o fazem ancorados nesse repertório de “provas” materiais, cuja seleção e escolhas no tratamento editorial e circulação na imprensa foram gradualmente contribuindo para naturalizar a ideia de que a reivindicação hindu estava sustentada em fatos históricos. A materialidade dos achados assume, por isso mesmo, um papel performativo, no qual os ídolos, fragmentos e inscrições registram uma narrativa histórica. Essa narrativa, por sua vez, torna-se instrumento de persuasão política, capaz de provocar ações e organizar mobilizações.

Observa-se que há dois tipos de memória sendo mobilizadas: a científica e a política. Do ponto de vista político, *The Indian Express* parece se esforçar para apresentar as posições de diversos líderes de organizações, membros de partidos e figuras religiosas sobre a construção do templo no local da mesquita. Entretanto, a contestação acadêmica e científica ao que é posto como “prova”, e que poderia ser um contraste ao que o jornal apresenta nas matérias que tratam dessas “descobertas”, só surge brevemente. O contraponto aparece isolado, como no pedido do historiador Ram Sharan Sharma para uma investigação independente (*VHP claim false: historian* [Afirmação do VHP é falsa: diz historiador] – 05/01/1993, p. 8), situado em uma pequenina parte da página oito do jornal. Sharma produz também um ensaio, publicado em janeiro de 1993, intitulado *Toying with history - By producing false evidence VHP is trying to hide the truth* [Brincando com a história – Ao produzir falsas provas, o VHP tenta esconder a verdade], em que diz:

13Trecho original em inglês: Eminent historians and archaeologists on Sunday sought the immediate intervention of the Uttar Pradesh government in preserving the valuable and precious antiquities found from the debris at the Ram Janmabhoomi site on December 6 last (...) Despite the wide publicity to the chance discovery of this important inscription, there had been no initiative from the government towards its preservation. (...) "One fails to understand what has prevented the state or the Central governments from accepting the same as the clinching evidence towards solving the long-pending Ram Janmabhoomi dispute or about the existence of a Hindu temple or religious structure in Ayodhya," said Devendra Swaroop.

14Trecho original em inglês: “There should be no doubt in anybody's mind about the existence of a temple at the (disputed) site. It always existed, exists today and shall exist in future at the very site where the idol of Ramlalaji is installed at present,” Joshi told a large gathering in the Capital on Sunday evening.

Curiosamente, o VHP pressionou com sucesso o Survey Arqueológico da Índia para suprimir o caderno de campo relacionado à Trincheira nº 4. Em julho de 1992, quando o *Chabutara*¹⁵ estava sendo construído em violação à ordem do tribunal, o VHP afirmou ter feito "novas descobertas arqueológicas". Estas incluem pedaços de dois amalakas dos séculos XI-XII"¹⁶

O texto segue demonstrando como os movimentos do VHP se apoiavam em construções frágeis e pouco consistentes do ponto de vista arqueológico. No caso dos *amalakas* exibidos como "provas", segundo Sharma, estes não se encaixavam no contexto histórico-arquitetônico de Ayodhya: não pertenciam aos templos de tijolos comuns no leste da Índia, tampouco a construções conhecidas do Planalto Gangético, aparecendo em Uttar Pradesh apenas em templos de pedra situados em regiões montanhosas.

Sharma aponta ainda um outro caso, quando o VHP anunciou a descoberta de um suposto painel *dashavatara*, mas o objeto apresentava sérias incongruências. O painel incluía a figura de uma mulher, o que por si já o distanciava da iconografia tradicional; além disso, uma figura foi identificada como *Parashurama* e, segundo os porta-vozes do VHP, teria sido precedida pela de Rama Dasaratha, que, no entanto, teria sido removida. Sharma lembra que, de acordo com as fontes textuais e escultóricas, Rama nunca antecede Parashurama, mas sempre o segue, o que desmonta a narrativa apresentada, e que, "naturalmente, quando a autenticidade da data e da proveniência da 'nova descoberta arqueológica' foi exposta, ela não foi apresentada como evidência perante o tribunal"¹⁷ (*Toying with history - By producing false evidence WHP is trying to hide the truth [Brincando com a história – Ao produzir falsas provas, o VHP tenta esconder a verdade] – The Indian Express, 13/01/1993, p. 8*).

O caso do VHP, documentado por Sharma, mostra de forma bastante concreta o que Guha (2005) observa de maneira mais geral acerca da prática arqueológica mundial ao longo do século XX, período em que a arqueologia foi profissionalizada e institucionalizada como

15 Estrutura, em forma de torre, que serve como um local para nidificação de pássaros, oferecendo também uma plataforma para as pessoas sentarem e alimentarem esses animais.

16 Trecho original em inglês: Significantly enough, the VHP successfully pressured the Archaeological Survey of India to suppress the site notebook relating to Trench No. 4. In July 1992, when the Chabutara was being constructed in violation of the court order, the VHP claimed to have made "new archaeological discoveries." These include pieces of two stone **amalakas** of the 11th-12th centuries, but these **amalakas** are neither **local** of the brick temples in eastern **India** nor of those found anywhere else in the Gangetic **Plain**. In UP, they appear only in the stone temples in the hilly areas.

17 Trecho original em inglês: Naturally, when the authenticity of the date and provenance of the "new archaeological Discovery" was exposed, they were not produced as evidence before the court.

disciplina. Sobre este tema, Guha (2005, p. 400) afirma que existem “inúmeros exemplos de situações em que evidências históricas estabelecidas por meio da arqueologia foram utilizadas para ratificar ideologias partidárias”. Em Ayodhya, o VHP realiza tentativas de explorar essa autoridade científica, apresentando fragmentos e painéis de forma seletiva e, ao mesmo tempo, ocultando ou reinterpretando evidências que contrariavam suas pretensões. Quando a arqueologia é organizada dessa maneira, corre-se o risco de “ignorar o caráter polissêmico da verdade ou de como certos fatos são privilegiados como tais” (Guha, 2005, p. 401).

O desequilíbrio entre a visibilidade conferida às descobertas por *The Indian Express* e o questionamento acadêmico que as acompanha não é trivial. Ayodhya cristaliza versões divergentes do passado que competem por reconhecimento e legitimidade. A reportagem sobre as supostas novas evidências arqueológicas do VHP, ou acerca da existência do templo antigo, aparecem em primeira página, com títulos destacados e visibilidade privilegiada. No contraponto, a contestação acadêmica de Ram Sharam Sharma aparece de forma discreta, em páginas internas, a primeira delas (*VHP claim false: historian [A firmação do VHP é falsa: diz historiador]* – 05/01/1993, p. 8) sem qualquer destaque visual.



Figura 4 - Página do The Indian Express onde vê-se a matéria (VHP claim false: historian [Afirmação do VHP é falsa: diz historiador] – 05/01/1993, p. 8) Fonte: Acervo Google News

Sob essa perspectiva, a controvérsia em torno do templo e da mesquita ecoa o que Pollak (1992) chamou de disputa entre memórias “oficiais” e “subterrâneas”. Enquanto as memórias oficiais são institucionalizadas, destacadas em jornais, documentos e decisões

judiciais, as memórias subterrâneas circulam de maneira mais discreta, preservadas em relatos locais, registros acadêmicos críticos ou práticas comunitárias que questionam a narrativa dominante. Lembremos novamente do que nos diz Tânia de Luca (2008) acerca do peso diverso que possui a principal manchete de um grande jornal e aquilo que figura apenas nas páginas internas do mesmo, pois nos revela como a disputa das narrativas são legitimadas, quem pode produzi-las e quem as valida.

A controvérsia em Ayodhya é um conflito marcado pela identidade comunitária (hindus e muçulmanos reivindicando presença no mesmo espaço). No entanto, uma identidade não dá conta de ser mais verdadeira que a outra simplesmente por existir. Sendo assim, há a tentativa de ancorar o argumento de “verdade” aos vestígios materiais arqueológicos, que funcionam como garantias da legitimidade. Entretanto, não podemos cair na armadilha de ler a disputa em torno da Babri Masjid como uma mera rivalidade entre dois grupos religiosos. O que está em jogo é a apropriação política dessas identidades, que passam a reivindicar legitimidade através de provas materiais para sustentar determinadas narrativas.

Ao selecionar e dar diferentes graus de visibilidade às narrativas sobre os vestígios, *The Indian Express*, por sua vez, favorece determinadas interpretações em detrimento de outras. Nas cenas imediatas veiculadas pelo jornal *The Indian Express* vê-se, portanto, contornos do que viria a se desdobrar como uma demanda formal de certos grupos da comunidade de arqueologia, que manifestaram a premissa de que seria possível encontrar uma história legítima através das escavações (Gupta, 1996, p. 142 *apud* Guha, 2005, p. 399). Esse movimento culminaria na decisão da Suprema Corte de Allahabad, em 2003, de examinar a reivindicação do VHP sobre a existência de um antigo templo de Rama em Ayodhya por meio de escavações. Como observa Guha (2005, p. 399-400), trata-se do primeiro caso na história da arqueologia indiana “em que o principal método da disciplina — a escavação — foi investido legalmente do poder de revelar a ‘verdade’” e, ao mesmo tempo, desconsiderava “a própria natureza do registro arqueológico, que só pode ser ‘lido’ a partir de longos processos de analogia” (p. 400).

Quando certas narrativas ganham visibilidade e destaque, enquanto outras permanecem quase invisíveis, recordamos o que Pollak (1992, p. 204) destaca acerca da memória nacional, que é “a memória organizadíssima” e “constitui um objeto de disputa importante”. Esta memória é frequentemente elencada de forma a reforçar a coesão social e a identidade coletiva, muitas vezes silenciando ou marginalizando narrativas dissidentes. A partir dessa abordagem, entendemos que a cobertura jornalística do *Indian Express*, no que

diz respeito às supostas evidências materiais após a destruição da Babri Masjid, constitui um elemento ativo na construção de memórias nacionais, exemplificando como o passado é continuamente convocado e moldado, à luz de interesses políticos específicos do presente.

A REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DA BABRI MASJID NAS PÁGINAS DO PERÍODICO

A disputa de Ayodhya ocorre na interseção entre a cultura secular e a religiosa na Índia (Mehta, 2015, p. 397). Sob essa perspectiva, “a jurisdição civil, a disputa de Ayodhya é uma das mais influentes em expor as contradições intratáveis que estão no cerne do debate religioso-secular na democracia indiana” (Mehta, 2015, p. 398, tradução nossa). Sendo assim, faz-se importante tratar da representação do plano jurídico no *Indian Express*, especialmente se considerarmos que o esforço no enquadramento jurídico no periódico se observa tanto no volume do noticiário factual, quanto no tratamento detalhado que o jornal confere aos debates acerca do status legal e religioso da Babri Masjid.

No editorial de 29 de dezembro de 1993, intitulado *About-turn And After [Reviravolta e depois]*, o jornal expressa:

Agora, no entanto, que o Governo Central concordou em encaminhar o caso ao Supremo Tribunal sob o Artigo 143, o Partido Bharatiya Janata (BJP), que havia solicitado isso anteriormente, não deve mudar sua postura. Se o fizer, sua atitude será tão oportunista quanto a do governo, que claramente faz o que considera conveniente, e não o que considera correto. O BJP deve reconsiderar sua visão de que o Supremo Tribunal não tem jurisdição sobre questões de fé e aceitar sua decisão no caso.¹⁸

O editorial do *Indian Express* enfatiza a necessidade de aceitar a arbitragem judicial como caminho legítimo para a resolução da disputa, chegando a afirmar que o BJP deveria “aceitar sua decisão”, caso contrário, demonstraria oportunismo político. Neste

18 Trecho original em inglês: Now, however, that the Central Government has agreed on a reference of the case to the Supreme Court under Article 143, the Bharatiya Janata Party (BJP), which had earlier demanded it, should not change its stand. If it does so, its action will be as opportunistic as that of the Centre, which is clearly doing what it considers expedient and not what it considers right. The BJP must reconsider its view that the Supreme Court has no jurisdiction in matters of faith and agree to accept its verdict in the case. In the absence of such commitment on its part, a question mark hangs over the fate of the Centre's decision to acquire all land in the complex, including the site where the disputed structure stood, and set up two trusts for the construction of a temple and a mosque respectively in the complex.

enquadramento, o poder jurídico aparece como instância suprema, capaz de oferecer uma mediação imparcial e definitiva para um conflito marcado por tensões religiosas e políticas. Entretanto, a literatura tem demonstrado que a supressão da presença muçulmana em Ayodhya, especialmente sob a via jurídica, foi sendo naturalizada ao longo das décadas anteriores à derrubada da mesquita¹⁹.

Já em 1949, quando ídolos de Rama foram instalados clandestinamente dentro da Babri Masjid, a reação do Estado não foi a de restaurar a ordem e devolver o espaço ao seu uso original, mas de fechá-lo e submetê-lo a disputas judiciais. Embora a instalação fosse considerada irregular, o tribunal autorizou a manutenção do *status quo*, permitindo que sacerdotes hindus (*pujaris*) realizassem cultos restritos, enquanto os muçulmanos eram impedidos de rezar no local (Bindal, 2020, p. 49). Essa exclusão tornou-se ainda mais evidente em 1986, quando o magistrado distrital de Faizabad aceitou uma petição sem consultar a parte muçulmana e, em poucas horas, o governo estadual do Congresso determinou a abertura dos portões da mesquita para permitir o culto hindu irrestrito. Na prática, o episódio consolidou o acesso hindu e excluiu definitivamente os muçulmanos (Bindal, 2020, p. 50).

No contexto da destruição da Babri Masjid, Bindal (2020, p. 52) ainda reforça que “os redatores da Constituição depositaram total confiança na mais alta corte do país, permitindo-lhe expedir ordens extraordinárias para assegurar a justiça”. A Suprema Corte, por sua vez, acabou por produzir o que Bindal chama de “apagamento sistemático e silenciamento deliberado da violência majoritária”. As práticas de culto hindu foram interpretadas e institucionalizadas pela lei, ganhando validade e continuidade no presente jurídico, enquanto as formas muçulmanas de oração não receberam o mesmo reconhecimento de sua dimensão ritual ou sacral (Mehta, 2025, p. 399).

Essa lógica de legitimação desigual entre práticas hindus e muçulmanas, apontada por Mehta (2015), está presente também no modo como a imprensa enquadrou a disputa. Nos editoriais do *Indian Express*, por exemplo, a lógica da desigualdade se repete: a comunidade muçulmana é constantemente retratada como a parte que precisa ceder ou se adaptar, bem como suas formas de mobilização são retratadas como problemáticas, em contraste com a naturalização da mobilização hindu. Esta última, aparece como expressão legítima da fé, ou reduzida à ingenuidade de uma atitude irracional, como no ensaio de Virenda Kapoor,

19 Ver Amit Bindal (2020); Amarasingam, Umar, Desai (2022); Kausar (2007); Mehta (2015)

intitulado *Heritage against Harmony* [Herança contra a Harmonia], publicado em 07 de janeiro de 1993, em que o autor atribui a destruição realizada pelos *kar sevaks* a uma mera reação a falhas do Estado e à influência de líderes religiosos, um “desvio motivado tanto pela omissão de um Estado indiferente quanto pela incitação dos *sadhus* agitadores”, ao mesmo tempo em que chama os muçulmanos indianos à moderação e ao diálogo:

A menos que os muçulmanos indianos aprendam a moderar suas posturas rígidas e adotem uma atitude de concessão e diálogo com a comunidade majoritária — que, por definição, em uma democracia, deve ter maior peso nas decisões —, não haverá esperança de paz duradoura no país.²⁰

No editorial de 08 de abril de 1993, *Intransigent As Ever* [Inflexível como sempre], o jornal apresenta a “preocupação” de que após a demolição nenhum dos lados envolvidos na disputa pelo local demonstrou interesse em uma abordagem de concessões mútuas para essa questão. No entanto, ao longo do texto, a cobrança aparece apenas para o lado muçulmano. Segundo o editorial, “a postura inflexível adotada pelo Conselho de Leis Pessoais Muçulmanas de Toda a Índia (...) é particularmente preocupante”. Além disso, reforça:

De todo modo, não houve muita autorreflexão dentro da comunidade que lhe permitisse abandonar antigas posturas obscurantistas. (...) A menos que muçulmanos instruídos, inspirados por uma verdadeira visão secular, assumam a liderança da comunidade, não poderá haver uma solução mutuamente aceitável para a questão de Ayodhya.²¹

Outro editorial, de 18 de junho de 1993, reforça a mesma visão sobre as mobilizações muçulmanas em relação à mesquita destruída:

É perfeitamente compreensível que amplos setores da comunidade muçulmana se sintam inseguros após a demolição da estrutura de Babri em Ayodhya, ocorrida em dezembro do ano passado, e os distúrbios comunitários que se seguiram. (...) No entanto, estarão apenas prejudicando a si próprios se, em meio à sua angústia, acreditarem que apenas organizações com posturas militantes serão capazes de defender sua causa.

20 Trecho original em inglês: Unless Indian Muslims come to temper their angularities in a spirit of give and take with the majority community, which necessarily in a democracy must account for a larger say in the decision-making process, there can be no hope for a durable peace in the country.

21 Trecho original em inglês: There has, at any rate, not been much introspection within the community to permit it to discard its old, obscurantist positions. (...) Unless educated Muslims inspired by a truly secular outlook come forward to lead their community, there cannot be any mutually acceptable solution to the Ayodhya issue.

Longe de promover qualquer benefício, essa militância apenas alimentará uma reação adversa dos hindus e trará consequências desastrosas para os próprios muçulmanos.

(*Irresponsible Militancy* [Militância Irresponsável] – 18/06/1993, p. 8)²²

Observamos que há a recorrente sugestão de que a comunidade muçulmana deveria moderar suas demandas e buscar conciliação, enquanto os hindus não são submetidos à mesma expectativa de oferecer concessões. Essa ênfase na “infexibilidade” muçulmana reforça o padrão observado nos tratamentos dispensados à comunidade muçulmana²³, à qual se atribui a responsabilidade para evitar conflitos e estabilizar o ambiente social. Ao mesmo tempo, a mobilização política e religiosa hindu é apresentada como legítima, demonstrando a disparidade no tratamento das práticas religiosas e políticas na esfera pública.

Outra estratégia de deslegitimação das reivindicações muçulmanas se apoia diretamente na esfera jurídica, recorrendo a leis específicas. Retomando a notícia *Sharma seeks clarification on ordinance* [Sharma pede esclarecimentos sobre o decreto], de 07 de janeiro de 1993, lê-se que “os muçulmanos também desejavam que nenhuma terra do *wakf* fosse adquirida pelo governo, conforme o pacote anunciado em 27 de dezembro”. O *wakf* refere-se ao status jurídico-religioso que garante às propriedades islâmicas protegidas (como mesquitas, escolas, cemitérios e terrenos caritativos), um regime especial de administração e inviolabilidade segundo a lei islâmica e a legislação india. Não é possível tomar ou vender este tipo de propriedade sem violar normas específicas, e, portanto, qualquer intervenção sobre um local que possua o status de *wakf* é simbólica e politicamente sensível, uma vez que toca diretamente na autonomia religiosa muçulmana.

Uma notícia publicada em 21 de fevereiro de 1993 apresenta brevemente a preocupação da comunidade muçulmana acerca dessa questão. Nela, o partido político muçulmano Liga Muçulmana da União Indiana (IUML) pede que “não sejam tomadas medidas que prejudiquem os direitos constitucionais das minorias”²⁴, ao tratar sobre o local disputado e as providências institucionais decorrentes da destruição (*IUML demands Rao*

22 Trecho original em inglês: It is entirely understandable that large sections of Muslims should feel insecure in the wake of the demolition of the Babri structure in Ayodhya in December last year and the communal riots which followed. They will, however, be only damaging their own interests if in their anguish they believe that only organisations which strike militant postures will be able to serve their cause. Far from doing anything of the sort, their militancy will only fuel a Hindu backlash and recoil on Muslims disastrously.

23 Ver Amarasingam, Umar, Desai (2022); Bindal (2020); Kausar (2006).

24 Trecho original em inglês: Referring to the state government’s move on bills governing minority educational institutions, the conference appealed to it not to do anything which would jeopardize the constitutional rights of the minorities.

resignation [IUML exige a renúncia de Rao] – 21/02/1992, p. 4). Cabe pontuar, ainda que sem a intenção de aprofundar a discussão neste momento, que as referências aos muçulmanos aparecem majoritariamente, como nesta notícia, sob o viés institucional e político, sem traduzir diretamente a experiência cotidiana das pessoas afetadas.

Na edição de 24 de abril de 1993, o artigo de B. P. Singhal retoma a discussão sobre o status de *wakf* da propriedade. O ensaio aponta que:

Existem duas faláciais graves na posição do Conselho. Em primeiro lugar, a estrutura que foi destruída não era uma mesquita. [...] Não é possível que o local se tornasse uma mesquita apenas porque o BMAC (Comitê de Ação da Babri Masjid) passou a chamá-lo de 'Babri Masjid'. Tampouco poderia ser considerada uma mesquita com base no processo frívolo movido pela Junta Waqf Waqf Sunita reivindicando a posse do local (Islamic law on mosques – Fallacies in Muslim Board's stand on Ayodhya [Lei islâmica sobre mesquitas – Falácas na posição do Conselho Muçulmano sobre Ayodhya] – 24/04/1993, p. 8)²⁵.

Singhal foi líder do Vishva Hindu Parishad (VHP) e desempenhou um papel significativo no movimento Ram Janmabhoomi, na década de 80. Em seu ensaio, constrói uma argumentação jurídica que contesta o caráter de mesquita e a continuidade do *wakf* a partir da rememoração das decisões históricas e dos precedentes legais. Singhal faz referência ao caso *Shahidganj*²⁶, decidido pelo Conselho Privado²⁷ em 1940, que estabeleceu, segundo a Lei de Prescrição, que os direitos sobre propriedades doadas para fins religiosos (como uma mesquita) podem ser extintos após determinado período, especialmente se houver posse adversa ou destruição da edificação original.

Em outro trecho do mesmo ensaio, B. P. Singhal escreve que:

O Conselho de Leis Pessoais Muçulmanas da Índia está supostamente elaborando a construção de uma mesquita alternativa em substituição à Babri Masjid em outro local. Contudo, segundo a Sharia (lei muçulmana), esse

²⁵Trecho original em inglês: There are two serious fallacies in the stand of the Muslim Law Board. Firstly, the structure that was destroyed was not a mosque (...) It possibly cannot become a mosque just because the BMAC began to call it the "Babri Masjid. Nor can it become a mosque on the basis of the frivolous case filed by the Sunni Waqf Board laying claim to it.

²⁶O caso Shahidganj (Lahore, década de 1930) envolveu a disputa entre muçulmanos e sikhs por um local originalmente mesquita e posteriormente convertido em gurdwara.

²⁷O Conselho Privado (*Privy Council*) era a mais alta instância judicial do Império Britânico, funcionando como corte de apelação final para os domínios britânicos, incluindo a Índia colonial, antes da independência em 1947. Suas decisões tinham autoridade máxima, sendo vinculantes para os tribunais locais.

novo local não será considerado uma mesquita, e nenhum muçulmano pode participar de um fundo criado para esse fim (Islamic law on mosques – Fallacies in Muslim Board's stand on Ayodhya [Lei islâmica sobre mesquitas – Falácia na posição do Conselho Muçulmano sobre Ayodhya] – 24/04/1993, p. 8)²⁸.

No trecho, observa-se que, além de destituir a possibilidade de legitimação da Babri Masjid, o texto de Singhal questiona que exista sequer a possibilidade de reconstrução da mesquita. Assim, a comunidade muçulmana perde a capacidade de restaurar o seu lugar de culto, resultando numa não reparação da perda da Babri. Ao mesmo tempo, o uso de precedentes e conceitos jurídicos soa como uma garantia que confere autoridade ao argumento de que a demolição altera substancialmente o status legal do local, potencialmente influenciando a percepção pública sobre o futuro do local disputado.

O artigo complementar de Satish Chandra, *Nature of Waqf and mosques* [A natureza do Waqf e das mesquistas], publicado na página 8 da edição de 1º de junho de 1993, reforça essa leitura:

Um dos eventos que extingue o caráter de wakf de uma mesquita é a sua demolição. Foi o que ocorreu em 6 de dezembro de 1992. Com a demolição, o caráter wakf, se existente, desapareceu. [...] O Conselho de Direito Pessoal Muçulmano deseja que o Governo Central reconstrua a estrutura em Ayodhya conforme seu desenho e localização originais. No entanto, segundo a lei, a simples reconstrução pelo governo pode não restaurar o caráter de wakf público em nome de uma mesquita.²⁹

Nos ensaios publicados em *The Indian Express* que tratam do wakf, observa-se uma reprodução da lógica apontada por Mehta (2015), segundo a qual as práticas muçulmanas aparecem dessacralizadas e enquadradas sobretudo como uma questão de propriedade jurídica, enquanto as práticas hindus são tratadas como sagradas, ganhando legitimidade e continuidade no espaço legal e público. O autor aponta que a Babri Masjid funciona como uma “ausência inquieta” (Mehta, 2015, p. 399), cuja materialidade perdida é, muitas vezes,

28 Trecho original em inglês: The All India Muslim Personal Law Board is reportedly coming up with constructs for an alternative mosque in lieu of the Babri Masjid at some other place. The same, under the rule of Shariat, will not be a mosque, and no Muslim can participate in a trust created for this purpose.

29 Trecho original em inglês: One of the events which extinguishes the *wakf* character of a mosque is when the building is razed to the ground. This is what happened on December 6, 1992. With the demolition, the *wakf* character, if any, vanished. (...) The Muslim Personal Law Board desires the Central Government to rebuild the structure at Ayodhya in its original design and at its original place. By mere reconstruction by the Government, the structure may not, in law, regain its character as a public *wakf* in the name of a mosque.

recriada no campo da lei. Essa ausência abre espaço para que o passado mítico seja incorporado à esfera legal e política.

A figura de Rama, especificamente, é central nesse processo. Segundo Marson (2020, p. 90), “o herói épico Rama ascendeu à posição de divindade do panteão hinduista na forma de encarnação de Vishnu, a partir daí, ao caráter semi-histórico do épico Ramayana foi acrescentado um elemento mítico e sagrado”. Mehta (2015) demonstra que, em diversos julgamentos analisados relativos à disputa de Ayodhya, o deus Rama é tratado como uma “pessoa jurídica”, uma entidade capaz de ocupar espaço no sistema legal e de ser objeto de reivindicações de culto. Assim, a questão do conflito físico sobre um edifício é transformada em uma disputa sobre a presença jurídica de uma divindade, criando uma continuidade que favorece a comunidade hindu. Ou seja, o mito é transformado em instrumento jurídico, através do qual o “o futuro da divindade, separado dos detalhes da história, reencena incessantemente o passado” (Mehta, 2015, p. 410).

Essa lógica pode ser visualizada no ensaio de Krishnan Mahajan, *Ram is ‘constitutional entity’* [Ram é uma ‘entidade constitucional’], publicado em 07 de janeiro de 1993, na capa da edição do dia. O ensaio relata a decisão de sessenta e três páginas dos juízes H.N. Tilhari e A.N. Gupta, da bancada de Lucknow, Alta Corte de Allahabad, de utilizar a figura de Rama presente na Constituição original para justificar direitos dos advogados hindus ao *darshan* e à *pooja*³⁰ no local da mesquita demolida.

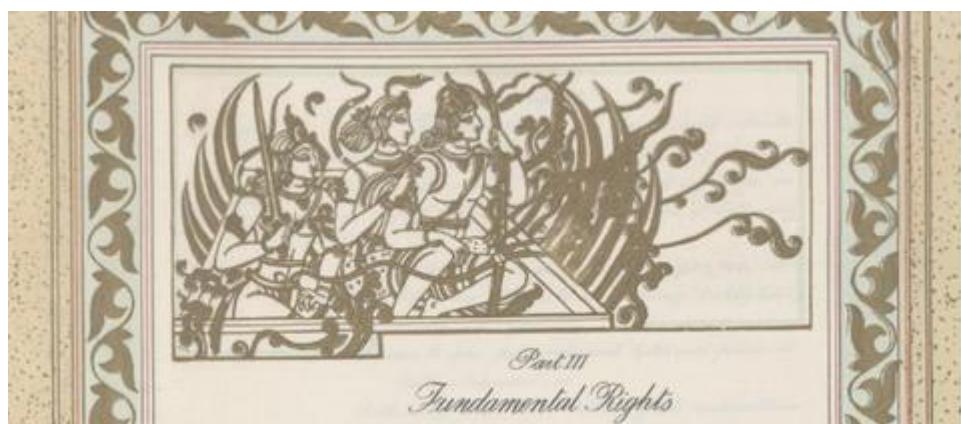


Figura 5 – Ram, Sita e Lakshman retornando do exílio. Ilustração do épico Ramayana, presente na parte III da Constituição Indiana no manuscrito original de 1950. Fonte: Memeraki³¹

30 O *darshan* refere-se a experiência de ver e ser visto por uma divindade, considerada fonte de bênção para o devoto; já a *Pooja*, trata-se de um rito de adoração que envolve oferendas, cânticos e gestos ritualísticos diante da divindade.

31 Disponível em: https://www.memeraki.com/blogs/posts/illustration-in-the-indian-constitution?srsltid=AfmBOoq3ZVkFS1K7nSwjl0YHB_5UJmNNl6iF_c0M5UWuU0H3XEIVIm0o

O esboço de Rama está presente na Constituição original, entre outras ilustrações fornecidas nos Capítulos I a XXII. Segundo o ensaio, os juízes apresentaram os argumentos de que “a Constituição mostra que a Assembleia Constituinte aceitou a história de Rama em relação aos locais como um fato, uma realidade de orgulho nacional e importância cultural”, e ainda, que as ilustrações presentes na Constituição expressam “que estas são fases e características reconhecidas de nossa vida nacional, nosso patrimônio, nossa cultura e a fonte de inspiração para a adoção do conceito de secularismo”.

Conforme aponta Marson (2020, p. 90), “enquanto manifestação da memória coletiva dos grupos religiosos, o mito é igualmente suscetível aos usos pragmáticos, e, portanto, abusos, por parte das múltiplas identidades que compõem o grupo social”. A decisão que transforma Rama em uma entidade constitucional, reconhecendo-o como realidade cultural e nacional converge com a leitura de Marson acerca do uso pragmático do passado hindu. Sob a perspectiva da autora, a figura de Rama foi transformada em uma metáfora para o modelo de um hindu ideal. Conforme Mehta (2015, p. 400), a performance judicial, por sua vez, ao se apropriar dessa figura, “estabelece uma transição do passado mítico para o presente, ou seja, de um tempo que escapa à mensuração para um tempo regido por regras de evidência”, revelando que o judiciário também pode atuar como produtor de narrativas, reiterando o privilégio das práticas hindus e relegando as formas muçulmanas de culto ao esquecimento.

É necessário observar que o enquadramento jurídico aqui descrito não pode ser entendido como reflexo de uma oposição religiosa direta, pois o mesmo seria reduzir um evento complexo unicamente à dimensão religiosa. O que se discute é o uso do aparato legal como espaço de consolidação de disputas políticas, nas quais determinadas práticas religiosas são elevadas à condição de legítimas em detrimento de outras menos favorecidas.

Por fim, a ênfase conferida pelo *Indian Express* à arbitragem judicial, bem como sua maneira de apresentar as partes envolvidas no conflito, pode ser entendida como fator que desloca a presença muçulmana a uma condição desvalorizada. Ao atribuir à Suprema Corte o papel de mediador supremo do embate, o jornal legitima a ideia de que a legalidade é capaz de oferecer soluções neutras, quando, na realidade, o processo jurídico está atravessado por disputas culturais e religiosas que podem privilegiar determinado lado. Esse movimento reforça uma narrativa oficial que legitima determinados atores e posições em detrimento de outras vozes, especialmente de minorias religiosas que vivenciaram diretamente os impactos da destruição e das tensões subsequentes. Assim, tanto o julgamento quanto o enquadramento

midiático compartilham o mesmo movimento de naturalizar as práticas hindus como parâmetro de legitimidade.

ENQUADRAMENTOS DA VIOLÊNCIA COMUNAL: NARRATIVAS E OMISSÕES EM THE INDIAN EXPRESS

A violência comunal ocupa um lugar persistente na história da Índia independente, assumindo feições que não se limitam à irrupção de distúrbios episódicos, mas que se articulam a processos históricos mais amplos de identidade. Desde a Partição de 1947, cujos deslocamentos forçados e confrontos sangrentos entre hindus, muçulmanos e sikhs deixaram marcas profundas na memória coletiva, esse tipo de conflito tornou-se parte da vivência política e social indiana, retornando em diferentes momentos e contextos regionais.

Ao longo das décadas, episódios como os distúrbios de Jabalpur (1961), Ahmedabad (1969), Nellie (1983) ou Bhagalpur (1989) marcaram o imaginário coletivo indiano e sedimentaram a percepção de que a convivência intercomunitária poderia ser abruptamente desfeita pela eclosão de enfrentamentos violentos. Esses episódios frequentemente eclodiram a partir de disputas locais, e adquiriram um peso simbólico que ultrapassava a escala regional, funcionando como lembrete recorrente da fragilidade das fronteiras entre grupos religiosos no espaço público indiano. Foi nesse terreno historicamente tensionado que a destruição da Babri Masjid desencadeou, nas semanas subsequentes, uma nova escalada de conflitos urbanos que ganharam centralidade no noticiário nacional e tornaram-se objeto de disputa narrativa na imprensa.

Inicialmente, sobressai na cobertura do *Indian Express* a progressão espacial da violência física, desde a Babri Masjid, em Ayodhya, para outros centros urbanos, onde representa principalmente um problema para a vida cotidiana e uma espécie de “teste” à capacidade do governo de manter a ordem. O noticiário aponta seis estados mais atingidos (Maharashtra, Assam, Uttar Pradesh, Gujarat, Karnataka e Kerala). Acompanhando a descrição da violência aparecem as medidas de controle e respostas estatais, tais como fechamento de escolas e lojas, mobilização de forças paramilitares, restrição a procissões religiosas, toques de recolher, entre outros (*Over 200 killed in nation-wide violence [Mais de 200 mortos em violência em todo o país]* - 08/12/1992, p. 1; *Violence unabated, toll crosses*

600 [Violência sem controle, número de mortos ultrapassa 600] - 10/12/1992, p. 1; *Shoot-at-sight order in Calcutta* [Ordem de atirar à vista em Calcutá] - 11/12/1992, p. 11).

Em seus editoriais o *Indian Express* tende a privilegiar a visibilidade dos efeitos práticos e imediatos da violência comunal, destacando repercussões econômicas, tais como a queda nos preços de ações devido à incerteza política que se seguiu à demolição da Babri Masjid, reforçando que “quando os preços das ações despencaram, os preços de itens essenciais para o consumo, como arroz, feijões e óleo vegetal, subiram³²” (*A wounded economy* [Uma economia ferida] - 18/12/1992, p. 8); e que “os distúrbios comunais não apenas interrompem as atividades econômicas ao paralisar a vida normal, mas também podem minar a confiança dos investidores estrangeiros”³³ (*Now the healing touch* [Agora o toque de cura] – 12/01/1993, p. 8); e ainda, no noticiário factual (*Uncertainty over IMF talks* [Incerteza sobre as negociações com o FMI] – 15/12/1992, p. 8), onde informa que “agências de financiamento multilaterais acreditam fortemente que a crise política atual, decorrente do incidente em Ayodhya, pode levar a graves consequências econômicas”.³⁴

Em contraparte, não há interesse em traçar um panorama identitário mais amplo acerca dos grupos envolvidos no conflito. Os detalhes sobre a experiência das comunidades afetadas aparecem normalmente em sentenças isoladas no noticiário factual, e não há um desdobramento sobre a situação cotidiana das mesmas. O próprio termo “violência comunal” aparece de forma genérica, sem aprofundamento das causas, da dinâmica do conflito ou da identificação de quais comunidades foram mais duramente atingidas. Conforme explica Chandar (2016), a imprensa “secular” e não partidária distânciaria o evento de questões de fé e importância teológica. Nesse sentido, o *Indian Express* não se diferencia da análise da autora, pois sua ênfase também está em enquadrar o episódio a partir do incômodo urbano, político ou do impacto sobre o desenvolvimento do país, mais do que contextualizá-lo no plano das experiências sociais e humanas das populações diretamente envolvidas.

32 Trecho original em inglês: (...) when share prices plummeted, prices of consumer essentials like rice, pulses, and vegetable oil moved up.

33 Trecho original em inglês: Communal riots not only disrupt economic activity by paralyzing normal life but are liable to undermine the foreign investors' faith in the country's ability to ensure peaceful conditions for growth. Besides, the tying down of huge contingents of paramilitary forces in riot-control duties is bound to hinder operations against the secessionist forces active in Jammu and Kashmir, Punjab, and the North-East.

34 Trecho original em inglês: The multilateral lending agencies like the World Bank and the International Monetary Fund (IMF) strongly believe that the current political crisis following the Ayodhya incident may lead to severe economic consequences unless it is resolved immediately.

Do mesmo modo, quando observamos os sujeitos autorizados a falar, nota-se que um grande volume do noticiário se ocupa em registrar a opinião de magistrados, líderes políticos e, em menor medida, forças policiais. Já os membros da comunidade, especialmente muçulmanos, aparecem de maneira dispersa, mencionados em pequenas mobilizações civis, como nos protestos em Hyderabad ou na *hartal* (greve) organizada por comerciantes muçulmanos em Goa (*Over 200 killed in nation-wide violence* [Mais de 200 mortos em violência em todo o país] – 08/12/1993, p.1). Desse modo, as experiências da comunidade minoritária estão presentes, mas não possuem espaço simétrico nas páginas do jornal em relação à representação do Estado e do colapso administrativo, representando fragmentos dentro de uma narrativa dominante.

Uma notícia de 15 de dezembro de 1993 trata do caso específico sobre Surat (*Police slept through Surat's nightmare* [Polícia falhou em agir durante o pesadelo de Surat] – 15/12/1992, p. 6). O texto aciona a memória de outras cidades frequentemente associadas a tumultos, como Ahmedabad e Baroda, para situar Surat dentro de um repertório de lugares marcados pela instabilidade, reforçando a ideia de que a violência comunal é um “vírus” que circula e pode se infiltrar em qualquer espaço urbano, mesmo aqueles que antes eram pacíficos:

O mito de que Surat era imune a agitações comunitárias foi desfeito, e a polícia encontrou-se incapaz de lidar com a ferocidade e a rapidez com que o vírus comunal tomou conta da cidade. (...) O Exército agora assumiu o controle da cidade, e, no sábado, começaram a surgir indícios de que a violência estava diminuindo. No entanto, a ineptidão da polícia foi evidente, com 272 policiais feridos. A força policial de Surat nunca enfrentou uma situação como essa e, ao longo dos anos, ganhou a reputação de ser a mais corrupta do estado
(Police slept through Surat's nightmare [Polícia falhou em agir durante o pesadelo de Surat] – 15/12/1992, p. 6).³⁵

³⁵ Trecho original em inglês: The myth of Surat's immunity to communal unrest has been shattered, and the police force finds itself unable to cope with the ferocity and suddenness of the communal virus that has engulfed the city. The Army has now taken over the city, and by Saturday, indications emerged that the violence was ebbing. However, the ineffectiveness of the police was glaring, with as many as 272 policemen injured. Surat's police force had never faced such a situation before and had earned a reputation over the years as the most corrupt force in the state.

Ao mesmo tempo, verifica-se que a reportagem não se concentra nos mortos ou nas comunidades específicas atacadas, mas na ineficiência da polícia, na corrupção estrutural da corporação e no despreparo administrativo. Essa escolha editorial sugere que a ameaça não é necessariamente a multidão comunal, mas o colapso da ordem pública e da segurança dos cidadãos. Assim, o que se enfatiza é a vulnerabilidade de “todos os habitantes” diante de um Estado ausente, enquanto a identificação das vítimas (especialmente a comunidade muçulmana) se dissolve em uma narrativa de choque coletivo e trauma urbano. Nesse sentido, as escolhas editoriais do *Indian Express* também desempenham papel decisivo na construção de quem é representado como “ameaça” e quem merece proteção.

O noticiário de 14 de dezembro de 1992 (*Ayodhya is a ghost town*, [Ayodhya é uma cidade fantasma] – 14/12/1992, p. 13) relata que no local onde antes se erguia a mesquita encontra-se agora uma estrutura improvisada: quatro postes cobertos por um tecido rosa e uma escada de concreto que leva até a plataforma onde estão as estátuas de Ram. A matéria registra ainda o depoimento de um morador, cuja identidade religiosa não é informada, que expressa: “É irônico que, no local onde uma mesquita estava, agora existe um templo. E as forças centrais estão agora protegendo o templo de possíveis ataques”. O comentário expõe uma contradição: enquanto a mesquita foi deixada à própria sorte até ser derrubada, a nova estrutura, erguida em seu lugar, passa a ser resguardada pelo aparato estatal. Ainda que o texto sugira, indiretamente, que a comunidade muçulmana foi vítima no episódio, a narrativa desloca a ênfase para a omissão ou ineficiência do Estado, e não para a ação do fundamentalismo hindu responsável pela demolição.

Do mesmo modo, no editorial *About-turn And After* [Reviravolta e depois - 29/12/1992, p. 8], referindo-se à decisão do Primeiro Ministro de encaminhar ao Supremo Tribunal todas as questões relativas ao conflito, o jornal afirma que “a destruição da estrutura contestada e a violência subsequente poderiam ter sido evitadas se a decisão tivesse sido tomada antes de 6 de dezembro”³⁶. Em outro editorial, intitulado como *Yet We Survive* [Ainda Sobrevivemos] – 01/01/1993, p. 8) o jornal reconhece que “os kar sevaks [...] elaboraram e executaram um plano de ação que seus líderes tiveram de endossar, com pesar”. Entretanto, o texto imediatamente minimiza a culpa dos militantes hindus ao enfatizar as falhas de

36 Trecho original em inglês: The destruction of the disputed structure and the bloodbath that followed it could have been avoided had it come before December 6.

políticos, juízes e líderes seculares, afirmando que o episódio poderia ter sido evitado se os mesmos não tivessem “se deliciado em transferir responsabilidades entre si”.³⁷

Ao adotar esse enfoque, o jornal se apresenta como “equilibrado”, pois não aponta diretamente culpados nem enfatiza conflitos religiosos. No entanto, essa suposta neutralidade não é integral: quando a comunidade muçulmana é mencionada, geralmente é para enquadrá-la como elemento problemático ou como parte da ameaça coletiva, enquanto os danos que sofreram permanecem menos mencionados, como se pode observar no trecho abaixo:

O Conselho tem explorado convenientemente a promessa precipitada feita por Rao de reconstruir a mesquita no mesmo local onde se encontrava antes de dezembro (...) Rao tentou se esquivar desse compromisso, mas os muçulmanos fundamentalistas estão determinados a obrigar-lo a cumpri-lo (*Intransigent as Ever* [Inflexível como sempre] – 08 de abril de 1993, p. 8).³⁸

Essa dinâmica encontra ressonância também nos ensaios publicados nas páginas do *Indian Express*. O ensaio de Virenda Kapoor³⁹, intitulado *Heritage against Harmony* ([Herança contra a Harmonia] – 07/01/1993, p. 8), já aqui mencionado, enfatiza firmemente a flexibilidade e pluralidade do hinduísmo, contrastando com a rigidez que ele atribui à comunidade muçulmana. Segundo o autor: “Por toda a extensão deste país dominado por hindus, ninguém invadiu redações, queimou exemplares de revista ou forçou o autor ao exílio”. Kapoor também utiliza comparações globais para reforçar essa visão, destacando conflitos no mundo muçulmano: “em todo o mundo islâmico, modernidade e democracia são escassas”.⁴⁰

37 Trecho original em inglês: It might seem that the outrage in Ayodhya and its neurotic fallout could have been averted if lumpenised kar sevaks of an organisation reputed for discipline had not set and executed an action plan their leaders had to endorse, ruefully. It could have been averted if those ensconced in New Delhi's corridors of power had not found virtue in brinkmanship. It could have been averted also if judges, politicians, and bureaucrats had not revelled in passing the buck among themselves.

38 Trecho original em inglês: The Board, for instance, has conveniently harped on Mr. Narasimha Rao's hasty promise to rebuild the mosque at the pre-December site which he had given following the first shock waves of the demolition. Mr. Rao has subsequently tried to wriggle out of this assurance, but the fundamentalist Muslims are hell-bent on forcing him to make it good

39 Em The Indian Express, o autor aparece identificado como Virendra Kapoor. Entretanto, a pesquisa indica que se trata de Virender Kapoor, pensador e educador indiano, conhecido como “guru motivacional, e autor de mais de 30 livros sobre comportamento humano, motivação e sucesso. Informações baseadas em: Virender Kapoor. NewsBharati. Disponível em: https://www.newsbharati.com/authors/Virender_Kapoor.html

40 Trecho original em inglês: “Throughout the length and breadth of this Hindu-dominated land, no one took offence and raided its offices. No one burnt copies of the magazine or sent the columnist into exile. “ e “Throughout the Islamic world, both modernism and democracy are at a discount.”

No noticiário, esse enquadramento aparece quando é relatado que “muçulmanos enfurecidos incendiaram um templo hindu em Karachi, onde a multidão tomou as ruas entoando slogans anti-Índia”; ou que “fundamentalistas muçulmanos que protestavam contra a demolição da Babri Masjid enfrentaram violentos confrontos com as forças de segurança de Bangladesh após atacarem templos hindus”; ou ainda, “na segunda-feira, quase 20.000 estudantes muçulmanos fundamentalistas tentaram invadir o estádio nacional em Dhaka, onde a equipe de críquete da Índia estava jogando contra a seleção nacional de Bangladesh” (*Temple torched in Karachi [Templo incendiado em Karachi]* – 08/01/1993, p. 13).⁴¹

Esse padrão dialoga com críticas mais amplas ao papel da imprensa indiana na cobertura de violência comunal no contexto que se seguiu à demolição da mesquita. Como apontam estudos posteriores (Narayana; Kapur, 2010), a imprensa deixou os muçulmanos desamparados após o episódio da Babri Masjid, cuja invisibilidade na cobertura de distúrbios comunais na década de 1990 feriu os sentimentos destes. Mais especificamente sobre a imprensa em hindi, observou-se que invés de amenizar a dor e a humilhação sofridas pelos muçulmanos, a mesma cunhou rótulos como “terrorista muçulmano” e “fundamentalista muçulmano”. Ao mesmo tempo, observa-se no noticiário que os militantes hindus são, na maioria das vezes, descritos como “kar sevaks” (voluntários religiosos).

A crítica aqui desenvolvida não implica dizer que a cobertura devesse se restringir a aspectos identitários ou religiosos das comunidades, mas sim que, ao privilegiar determinadas vozes e leituras da realidade, o jornal deixa de registrar nuances sociais e políticas do cotidiano, relativas a experiência dos grupos afetados pelo conflito. O que se aponta é que para além dos rótulos de “hindu” ou “muçulmano”, há experiências concretas de medo, perda, mobilização e desigualdade, cuja ausência da cobertura pode contribuir para reduzir a complexidade do conflito.

É importante destacar que a representação do muçulmano como “ameaçador” ou “descontrolado” não se explica pelo simples fato de pertencerem a uma religião diferente. Essa imagem decorre de uma apropriação discursiva que associa a identidade muçulmana à desordem e ao risco social. O BJP e outros partidos do Sangh Parivar, por sua vez, usam especialmente o medo e a polarização para consolidar apoio entre a maioria hindu. Isso inclui

⁴¹ Trechos originais em inglês: “Angry Muslims torched a Hindu temple in Karachi, where crowd took the streets chanting anti-India slogans” e “Muslim fundamentalists protesting the demolition of Babri mosque fought pitched battles with Bangladeshi security forces after attacking Hindu” e ainda “Nearly 20,000 Muslim fundamentalist students tried to storm the national stadium in Dhaka on Monday when an Indian cricket team was playing against the Bangladeshi nation team in SAARC limited overs cricket tournament”.

propaganda anti-muçulmana, discurso de ameaça interna e externa e estigmatização de migrantes muçulmanos (Marson, 2020). Ou seja, a violência comunal não ocorre de maneira espontânea, ela é incentivada e legitimada politicamente. A narrativa de que muçulmanos representam perigo interno (para hindus) ou externo (Paquistão, Bangladesh) quando reforçada na imprensa, retroalimenta esses discursos políticos e sociais.

Ao optar por enfatizar o risco à ordem pública, à economia e à vida urbana a partir da ineficácia do Estado, o *Indian Express* minimiza a responsabilidade direta dos hindus e das organizações fundamentalistas na destruição da Babri Masjid. Assim, o jornal reafirma o perigo do communalismo, mas sem atacar explicitamente o BJP ou os kar sevaks, mantendo certa aparência de neutralidade institucional. Ao mesmo tempo, projeta, mesmo no noticiário factual, as ações de grupos muçulmanos como potenciais ameaças futuras, fazendo com que a aparência de neutralidade não se sustente, uma vez que a narrativa está criando sentidos ligados à ameaça, à proteção e à memória coletiva, afetando a maneira como a sociedade percebe os riscos e impactos da violência entre comunidades.

É nos editoriais que o *Indian Express* oferece chaves de leitura mais críticas sobre a destruição da Babri Masjid e a violência comunal. Se nas notícias o enquadramento tende a privilegiar a ineficácia do aparato estatal, a desordem urbana ou os efeitos sobre a economia, nos textos opinativos surgem análises que tensionam diretamente o projeto político do *Hindutva*. O ensaio de Irfan Habib⁴², *Hindutva upsurge unprogressive, purely negative* [Avanço do Hindutva: não progressivo e totalmente negativo], que, surpreendentemente, foi publicado em na primeira página do jornal, em 05 de janeiro de 1993, é exemplar nesse sentido. Ao tratar da propagação da ideologia *Hindutva*, ele afirma:

Seu ponto central tem sido a alegação de que os muçulmanos foram ‘apaziguados’ pelo Estado indiano ‘pseudo-secular’ desde a Independência — esse apaziguamento teria gerado um “minoritarismo” provocador, às custas dos hindus. Muitos comentaristas da imprensa e políticos, nos últimos anos, tenderam a aceitar os pressupostos da campanha do BJP, chegando até

⁴² Irfan Habib (1931 -) trata-se de um historiador, professor e escritor indiano, formado pela Aligarh Muslim University, onde também lecionou por algumas décadas. Irfan Habib (1931-) é considerado um dos maiores historiadores marxistas da Índia, com vasta produção sobre história econômica, medieval e colonial. Informações baseadas em: MUNSHI, Sandip. Irfan Habib Is One of the Great Marxist Historians. Jacobin, 25 set. 2024. Disponível em: <https://jacobin.com/2024/09/irfan-habib-marxism-india-modi>.

a recomendar que o partido governante perseguisse uma agenda semelhante.”⁴³

Irfan Habib confronta os argumentos mobilizados pelo BJP e pelo Sangh Parivar. O autor mostra como a retórica do “apaziguamento” muçulmano carece de base histórica e jurídica, e denuncia o uso seletivo do passado como justificativa para um projeto autoritário e teocrático. Essa presença editorial não anula o predomínio de uma memória oficial vinculada ao Estado e à ordem pública, mas indica que o jornal funciona como espaço de disputas narrativas em que diferentes registros convivem, embora não necessariamente de maneira simétrica ou equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura e dos editoriais do *Indian Express* em torno da destruição da Babri Masjid permitiu reiterar o papel da imprensa como produtora de sentidos sobre o evento de 6 de dezembro de 1992 e seus desdobramentos. O exame do noticiário veiculado no periódico evidencia que, mesmo sendo reconhecido como um jornal liberal e secular, sua narrativa sobre a destruição da Babri Masjid reproduziu desigualdades simbólicas entre hindus e muçulmanos.

A cobertura do *Indian Express* sobre as supostas evidências arqueológicas em Ayodhya demonstram como a materialidade dos vestígios foi mobilizada como instrumento de legitimação ideológica, revelando a disputa pelo passado como eixo central na construção de memórias nacionais e identidades comunitárias. Observou-se que o jornal constantemente privilegia o âmbito jurídico, legitimando a ideia de que a legalidade é capaz de oferecer soluções neutras, e reforçando uma narrativa oficial que, ao fim de tudo, reforça o repertório hindu em detrimento das práticas muçulmanas.

Outro ponto central revelado pela análise é a forma como as escolhas editoriais constroem sentidos sobre quem é representado como ameaça e quem merece proteção. O noticiário, os editoriais e os ensaios enfatizam, em maior medida, a mobilização muçulmana como risco à estabilidade. O *Indian Express* assume uma postura crítica às consequências da

43 Trecho original em inglês: Its centrepiece has been the claim that Muslims have been “appeased” by the Indian (“pseudo-secular”) state since Independence, the appeasement making for a provocative “minorityism” at the expense of the Hindus. Many thinkers in our press and among politicians have tended, during the last few years, to accept the basic premises of the BJP campaigners and have begun to recommend a parallel pursuit of the same cause by the ruling party

violência entre os grupos, sem necessariamente responsabilizar diretamente o BJP ou os grupos vinculados ao Sangh Parivar pela destruição da mesquita, ou mesmo se debruçar sobre questões identitárias mais profundas, preservando uma posição de aparente neutralidade institucional.

Os resultados indicam que as disputas de legitimidade que se manifestam na produção científica, no campo jurídico e na arena midiática, evidenciam que a religião funciona como veículo para estratégias políticas mais amplas, mas que a religião não é a causa primeira ou explicação suficiente do conflito; e ainda, que o jornal operou a partir de uma lógica editorial marcada por ambivalências. De um lado, o *Indian Express* privilegiou o registro da ordem pública, da governabilidade e do âmbito jurídico, deslocando a ênfase para falhas institucionais e administrativas. Por outro lado, os ensaios trouxeram espaços de crítica mais explícita, nos quais autores tensionaram diretamente as versões “oficiais” do passado, as origens da violência comunal e as falácia no argumento hindu. Essa coexistência, contudo, não se dá de forma simétrica: a narrativa factual predomina em volume e visibilidade, enquanto os ensaios circulam, a maior parte das vezes, em espaços mais restritos.

Cabe reconhecer os limites deste trabalho. O estudo concentrou-se em um único jornal e em um recorte temporal delimitado. Além disso, a análise da recepção dessas narrativas pelo público constitui um ponto não abordado nesta pesquisa. Futuras investigações poderiam ampliar a análise para incorporar metodologias comparativas que permitam observar convergências e divergências no enquadramento do episódio de derrubada da Babri Masjid, bem como em eixos maiores, como a violência comunal, o secularismo ou os movimentos nacionalistas.

Assim, a contribuição deste trabalho reside em evidenciar como a cobertura jornalística contribui para reinscrever disputas de memória e identidade em um repertório mais amplo no contexto indiano. Ao analisar o caso da Babri Masjid, foi possível mostrar que a imprensa pode tanto reforçar hierarquias simbólicas entre comunidades quanto abrir brechas para leituras críticas (ainda que em menor medida). Essa constatação ajuda a compreender não apenas a presença e os usos do passado na esfera pública, mas a persistência da violência comunal como fenômeno histórico e a importância dos meios de comunicação na sua legitimação ou contestação. Por fim, a leitura aqui proposta sugere que a cobertura da Babri Masjid não deve ser entendida apenas como registro de um acontecimento isolado, mas como parte de uma disputa contínua pela definição da nação indiana, de suas memórias e de seus limites de pertencimento.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Periódico *The Indian Express*: de 06/12/1992 a 07/12/1993. Disponível no Google News no link:https://news.google.com/newspapers?nid=P9oYG7HA76QC&dat=19921223&b_mode=2&hl=pt-BR

Referências bibliográficas

ALVES, Mariana Faiad B. O legado da partilha da Índia e Paquistão. *Malala*, São Paulo, v. 5, n.8, p. 36-53, set. 2017. Disponível em: revistas.usp.br/malala/article/view/138679/134153.

AMARASINGAM, A.; UMAR, S.; DESAI, S. “Fight, Die, and If Required Kill”: Hindu Nationalism, Misinformation, and Islamophobia in India. *Religions*, v. 13, n. 5, p. 1-33, 2022. DOI: 10.3390/rel13050380.

BHATT, Chetan.. *Hindu Nationalism: Origins, Ideologies, and Modern Myths*. New York, Berg, 2001.

BINDAL, Amit. “Complete justice”? Silences and erasures in the Ayodhya judgment. *Journal of Indian Law and Society*, v. 11, n. 1, Monsoon, 2020.

CHANDAR, Sanaya. *Memories of Babri: competing discourses and contrasting constructions of a media event*. 2016. Dissertation (MSc in Media, Communication and Development) – London School of Economics and Political Science, London, 2016.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2008.

GABRIEL, J. P. N.; MANDELBAUM, H. G.; CARVALHO, C. E.; ARTIOLI, M. M. Nacionalismo na Índia de Narendra Modi e do Barathiya Janata Party (BJP). *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 12, e60103, 2021. DOI: 10.12957/rmi.2021.60103.

GUHA, Sudeshna. Negotiating evidence: history, archaeology and the Indus civilisation. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 39, n. 2, p. 399-426, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0026749X04001611>.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111–155.

MARSON, Carla Cristiane; QUADROS, Elton Moreira. Artigo entre História e memória: disputas de narrativa no nacionalismo hindu (1998–2005). *Revista de História (São Paulo)*, n.

180, artigo a13320, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.177203>.

MARSON, Carla Cristiane de Oliveira. *Entre Clio e Mnemosine: disputas narrativas no nacionalismo hindu*. 2020. 297f. (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

MEHTA, Deepak. The Ayodhya dispute: The absent mosque, state of emergency and the jural deity. *Journal of Material Culture*, Greater Noida, v. 20, n. 4, p. 397–414, 2015. DOI: 10.1177/1359183515607093. Disponível em: <https://mcu.sagepub.com>.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/12101/8763/29004>.

OLIVEIRA, Mirian Santos Ribeiro. A nação hindu e o outro muçulmano na obra de VD Savarkar. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, p. 750-770, 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n38p750>

OLIVEIRA, Mirian Santos Ribeiro. Identidade e religião hindus na Índia britânica. *Revista de Estudos da Religião* (REVER), v. 14, n. 1, p. 152-178, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5175200>.

OLIVEIRA, Mirian Santos Ribeiro. Refletindo sobre a construção de identidades diáspóricas: estudo de caso sobre a “hinduidade”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 2, n. 2, p. 200-222, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338130373011/>.

POLLAK, M. Memória e identidade social. (Transcrição de Monique Augras. Edição de Dora Rocha). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAJAGOPAL, Arvind. *Politics After Television: Hindu Nationalism and the Reshaping of the Public in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THAROOR, Shashi. *An era of darkness: The British empire in India*. Aleph Book Company, 2016.